

Petrobrás — contrato de risco *

AFONSO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE LIMA **

A tese em questão envolve princípios e idéias divergentes, que merecem ser analisadas para delas se tirar a decisão fundamental — dar ao nosso País a capacidade de libertar-se das dependências estranhas ao seu destino. Julgo o assunto essencial para um debate franco e muito atual para o momento em que o Brasil necessita urgentemente desenvolver os seus recursos petrolíferos no mais curto prazo.

Inicialmente, pois, convém fazer-se uma análise do que tem ocorrido com o petróleo desde os primórdios da Petrobrás, quando as condições, até então existentes, exigiam uma atitude bem severa na defesa do monopólio estatal, sem abrir qualquer concessão às multinacionais ligadas a esse campo econômico, pelo perigo que realmente representavam para o Brasil, antes de estabelecer-se solidamente as bases para a estatização da empresa mencionada. Hoje, porém, como asseverei no livro de Pery Cotta : — *O petróleo é nosso?* — julguei essencial colocar em debate algumas idéias que, a meu ver, merecem ser discutidas livremente, sem restrições desse ou daquele brasileiro, nacionalista, no bom sentido do termo, ou não. As idéias colocadas em discussão surgem de uma perspectiva nova que se criou no mundo, a partir do momento em que os países árabes, tradicionais fornecedores do petróleo à quase totalidade dos países, transformaram o produto em arma e colocaram os mercados

* Artigo especialmente elaborado para este número da *Revista de Administração Pública*.

** Ministro do Interior do Governo Costa e Silva (1967-1969). Atual diretor-presidente da Sparta-Rio e Sparta-Nordeste — Indústria de Confeções.

: Cotta, Pery. *O petróleo é nosso?* Rio de Janeiro. Guavira Editores, 1975. p. 9.

na dependência política de seus exclusivos interesses. Assim, na relativa tranqüilidade com que dominam os países consumidores de petróleo, velhas questões vieram à tona e ganharam mais força e velocidade, causando, por isso mesmo, sérios impactos à economia daqueles países, que merecem ser considerados. A esperança de que exista petróleo no fundo da terra ou na plataforma continental, vale a pena guardá-la ciosamente até que haja recursos técnicos e financeiros suficientes para descobri-lo e explorá-lo, mesmo a longo prazo, mantendo a *dependência real* do fornecimento estrangeiro, atendendo a suas imposições e interesses? Ou melhor seria, preservando-se a estatização e mantendo a nossa soberania, permitir a exploração por meio de acordos e contratos, rigidamente estabelecidos, com capitais e técnicas privados nacionais, associados a estrangeiros, sob a *égide inquestionável do Estado*, com o objetivo pragmático de nossa auto-suficiência a curto prazo?

Esse debate amplo, livre, aberto, sem quaisquer restrições mentais ou suspeitas, é que desafia a imaginação e a coragem de todos — autoridades, meios políticos, técnicos e empresários, Forças Armadas e povo, à busca de uma solução que venha aumentar a força de nossa independência econômica em relação a outras nações.

De fato, a crise petrolífera que afeta tão seriamente os países consumidores e perturba o desenvolvimento econômico, até mesmo dos países desenvolvidos, veio demonstrar que a verdadeira *dependência* está na subordinação de todo mundo aos países produtores, desde a formação da OPEP, sem contestação de qualquer país e a obediência solícita às suas exigências crescentes.

Entendo o nacionalismo como a prevalência, em quaisquer circunstâncias, da defesa do interesse nacional em todos os campos do poder nacional. Diria mesmo que poderia sintetizar seu conceito afirmando que “É bom para o Brasil tudo o que é bom para o povo brasileiro”. Sob essa inspiração o Brasil deve comandar seu próprio desenvolvimento, com a coragem das decisões de afirmar que precisamos de capitais e técnicas estrangeiros, buscando-os onde julgarmos conveniente e aplicando-os no campo de nosso interesse exclusivo. É óbvio assinalar que a utilização das empresas nacionais e da sua tecnologia deve ser aproveitada na sua potencialidade máxima, tudo com o objetivo de acabar de vez com a *real dependência* em que vivemos no campo petrolífero, de vez que, nesse campo, há dependência de fornecimento, dependência de preços, e, conseqüentemente, dependência da nossa situação econômica, quando nossas divisas se esvaem de maneira assustadora pela necessidade de pagar mais caro o óleo importado. Em síntese, o nacionalismo não é uma forma menos inteligente de sentir os fatos, mas significa o sentido real de promover a riqueza nacional para tornar o povo brasileiro mais feliz e forte, sentindo a conjuntura mundial como se apresenta no dia de hoje, muito diferente de 20 anos atrás. O nacionalismo verdadeiro deve acompanhar as circunstâncias eventuais que en-

volvem cada país e não portar-se de maneira irreversível ante situações diferenciadas, que exigem decisões diferentes. Desse modo, como tenho assinalado, creio que é mero obscurantismo deixar de analisar, diante da crise atual e da nova conjuntura mundial, a conveniência ou não de atrair capitais de risco, e transferir tecnologia para a área da exploração do petróleo, no sentido de obtê-lo a curto prazo e na forma preconizada pelo Estado.

Desejo recordar, aqui, que precisamos saber, mediante amplo e sincero debate:

- a) se tais contratos de risco apressarão ou não uma independência no campo petrolífero, preservados, naturalmente, os interesses nacionais;
- b) que volumes de recursos, da poupança interna e da nossa capacidade de endividamento externo seriam liberados para o desenvolvimento de outros projetos, igualmente prioritários e, sem dúvida, talvez mais essenciais em termos de segurança e soberania nacionais, agora e principalmente no futuro, como a Nuclebrás, o desenvolvimento regional, etc.

É evidente que se o poder nacional dispusesse de recursos suficientes para desenvolver ao mesmo tempo todos os seus projetos essenciais, entre os quais o de elevar o padrão de vida dos brasileiros, em geral, e, muito particularmente, o dos nordestinos e nortistas, então não haveria por que considerar qualquer atitude diferente daquela em vigor até hoje. Mas se, ao contrário, a análise da questão demonstrar a ausência de possibilidades materiais, é grave omissão permitir esse *status quo*, sem buscar uma nova linha de ação.

Veja-se, por exemplo, o que ocorre com o Peru, país considerado nacionalista, que partiu para a aceitação do contrato de risco, no qual as companhias estrangeiras pagam por tudo que encontram, mas não entram na posse de nada. Em troca, cabe-lhes uma porcentagem do petróleo que extraem do subsolo. Atualmente, esse quinto, segundo informações da imprensa, representa 44 a 50% do total. Não conheço os detalhes do contrato elaborado pelo Peru com outras empresas; afirma-se, entretanto, que não há possibilidade de obter-se o petróleo desejado se não for essa a forma de associação, com a utilização de técnicos e engenheiros de várias procedências, além do capital de risco necessário ao empreendimento. As empresas estrangeiras são sócias da empresa estatal YPF, com uma divisão de produção na boca do poço, nas proporções referidas anteriormente.

Conclusão

Decorrente dos fatos em curso, conclui-se que a situação petrolífera mundial é bastante delicada, com tendência a agravar-se ainda mais, podendo chegar até mesmo a um conflito armado. Ainda

recentemente, os Estados Unidos declararam, como séria advertência aos países produtores-exportadores, que as economias de todos os países estão hoje em dia estreitamente vinculadas e, por isso mesmo, as nações exportadoras de petróleo devem compreender que a prosperidade de cada país em particular depende do bem-estar econômico do conjunto de todas as nações. E o Presidente Gerald Ford assinala que é preciso manter a recuperação e a expansão econômicas do mundo industrializado para assim ajudar os países em desenvolvimento.

Sente-se, pois, a interveniência dos próprios governos dos estados, nos assuntos relativos ao petróleo. Isso significa, como assinalou o ilustre Ministro Severo Gomes, na sua conferência realizada na Escola Superior de Guerra,² que “o poder de decisão em relação ao petróleo com o conseqüente controle e coordenação das respectivas atividades foi perdido pelas companhias privadas de petróleo a favor dos governos”.

Portanto, parece-me possível elaborar-se um “contrato de risco” sob a égide dos estados interessados com a participação das companhias privadas ou estatizadas. Um acordo desse tipo não quebraria o domínio estatal do petróleo, nem deixaria de lado as razões de segurança nacional, pela defesa essencial dos interesses nacionais acima de quaisquer outros.

Além disso, com a maior participação do Estado nos assuntos de ordem econômica, como acontece hoje em dia, em todas as nações, o conceito da aplicação do capital externo no Brasil seria na forma preconizada pelo Ministro Severo Gomes,³ quando afirma: “Estamos diante da nova fase do desenvolvimento das atividades dos capitais estrangeiros no Brasil e, dadas as suas características de grandes empresas, de múltiplos interesses, nas mais diversas partes do mundo e da efetiva capacidade de interferir no processo de desenvolvimento econômico, é indispensável que façamos permanentemente uma revisão no quadro de inter-relacionamento com o capital nacional, com os interesses internos, a fim de que a *atuação do investidor estrangeiro não conflite com os objetivos nacionais*, mas, antes disso, se conjugue com a filosofia que inspira um padrão de desenvolvimento julgado adequado à nossa realidade, às nossas aspirações e com objetivos de participação mais ampla nos ganhos decorrentes do processo.”

Nada a temer, desde que a decisão seja tomada pelo Governo, que se mostra à altura de suas responsabilidades, com ideais tipicamente nacionalistas, como prova recentemente o Acordo de Energia Nuclear, com a Alemanha, o qual não foi aceito pelos Estados Unidos, nem pela Rússia, as duas superpotências que desejam o uso exclusivo do poder atômico para seus países.

² Conferência sobre a política do Ministério de Indústria e Comércio, realizada na Escola Superior de Guerra em 15 de julho de 1975.

³ Idem, ibidem.

Summary

Petrobrás — risk contract

The author first presents the idea that nationalism consists in successfully defending the national interest, under any and all circumstances. From this foundation, he argues that true nationalism should reflect the circumstances which each country faces, rather than requiring a rigidly consistent response to differing situations which require differing decisions. He feels that the present oil crisis is an example of such a situation: by seriously affecting oil importing nations, the crisis has shown that true dependence is characterized by subordination to the oil producing nations. Thus the author argues that nationalist criteria with respect to oil exploration in Brazil should be re-examined, beginning with a broad debate about the following questions:

Could risk contracts speed up independence in the area of oil?

Could the adoption of such contracts release significant amounts of domestic savings and foreign investment capacity, to be used in other projects besides the expansion of domestic production, which may be more essential in terms of national security and sovereignty?

O Instituto de Organização Racional do Trabalho do Rio de Janeiro — IDORT-RJ — como seus congêneres de outros estados, propõe-se a realizar e proporcionar a seus associados e demais interessados:

| | |
|---------------------------|-----------------------|
| Intercâmbio internacional | Revista |
| Forum de estudos | Biblioteca |
| Treinamento | Prêmio de organização |
| Assistência técnica | e administração |
| | Congressos |

Sede: Rua Prof. Alfredo Gomes, 22 — Rio de Janeiro, RJ.